

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefonefax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 30.729/2018.

INTERESSADO: GIOVANNI ROSADO DIÓGENES PAIVA.

ASSUNTO: SOLICITA ORIENTAÇÃO SOBRE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE AUTOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO NO MPVIRTUAL.

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIA INSTAURADO EM VIRTUDE DE PLEITO FORMULADO PELO DR. GIOVANNI ROSADO DIÓGENES PAIVA. NECESSIDADE DE APERFEIÇOAR O SISTEMA MP VIRTUAL. REIVINDICAÇÕES ENCAMINHADAS AO GERENTE DE SISTEMA – GSIS – DTI. PROBLEMA REGISTRADO. EQUIPE QUE SE ENCONTRA EMPENHADA NA CONCLUSÃO DA VERSÃO BETA DO NOVO SISTEMA E-MP. APÓS O TÉRMINO DOS TRABALHOS, REFERENTES A CONCLUSÃO DO E-MP, A EQUIPE DESPENDERÁ TODO O ESFORÇO VISANDO SOLUCIONAR O PROBLEMA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.

I.- RELATÓRIO

Trata-se de e-mail encaminhado pelo Dr. GIOVANNI ROSADO DIÓGENES PAIVA, 35º Promotor de Justiça de Natal, objetivando orientação de como proceder em determinados procedimentos judiciais de quebra de sigilos inseridos no MPVIRTUAL. Vejamos o questionamento formulado pelo douto Promotor:

“Consulto Vossa Excelência sobre o procedimento a ser adotado, para fins estatísticos e de registro no MPVIRTUAL, quanto aos procedimentos judiciais de quebra de sigilos (bancários, telefônico, fiscal, etc), nos casos em que estão vinculados exclusivamente a procedimento investigatório, na medida em que, uma vez encartados os dados sigilosos, os



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefonefax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

autos respectivos ficam à disposição da Promotoria de Justiça como documento vinculado à investigação.

Ocorre que, nestas situações, não mais subsiste qualquer providência a ser requerida no procedimento judicial, servindo os autos apenas como elemento de instrução do PIC ou do IC respectivo, mas mesmo assim permanece no MP VIRTUAL como se estivesse com vista ao MP, gerando estatística inverídica de excesso de prazo para devolução, quando na verdade os autos ficarão vinculados ao procedimento investigatório até a solução deste, inexistindo assim qualquer prazo judicial em curso.”

Verifica-se, dos autos, que o requerimento formulado pela Dr. Giovanni Rosado Diógenes Paiva deveria ter sido encaminhado ao Coordenador do Comitê Gestor do MPVirtual do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista que existe uma comissão designada para implantar, alterar, treinar e orientar os membros e servidores a utilizarem o MPVIRTUAL, inclusive fazendo as alterações necessárias visando aperfeiçoar o sistema.

Entretanto, com o escopo de prestar auxílio ao douto Promotor de Justiça, foi encaminhado pedido de esclarecimento ao Coordenador do Comitê Gestor do MPVirtual para, no prazo de 10 dias, apresentar posicionamento acerca dos questionamentos formulados pelo Dr. Giovanni Rosado Diógenes Paiva.

É o relatório.

II.- FUNDAMENTOS

Compulsando os autos, verifica-se que o Gerente de Sistemas, Hudson Soares Júnior, encaminhou memorando aduzindo que reconhece a necessidade de aperfeiçoar o sistema, tendo aduzido o seguinte:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefone/fax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Acerca dos questionamentos levantados por e-mail pelo Dr. Giovanni Rosado Diógenes Paiva, 35º Promotor de Justiça de Natal, acerca de problemas no relatório estatístico do Sistema MPVIRTUAL, no que tange os procedimentos apensados em processos judiciais em andamento e que ainda contabilizam prazos para ações que não mais necessárias, informo a ciência da pertinência do erro e, portanto, da necessidade de correção da programação em momento oportuno.

Estamos em momento crítico de saída da versão, não há, nesse momento, como tratarmos essa correção na ferramenta MPVIRTUAL e pedimos a compreensão para que possamos atuar sobre o problema no final desse semestre, quando já tivermos uma versão estável e as implantações retomadas. Assim, podemos demandar o tempo necessário para análise do problema e do esforço de solucioná-lo ou substituir a ferramenta implantada na promotoria.

Informo também que estamos registrando o problema em nossa ferramenta de tarefas de desenvolvimento, para que a demanda não se perca e possa ser tratada no momento adequado.

Com relação à atuação da Corregedoria, constata-se que a matéria encaminhada, referente a falha do sistema, não é afeta às atribuições desta órgão correicional, tendo em vista que o pleito do Promotor de Justiça diz respeito à alteração do MPVIRTUAL. No entanto, a Corregedoria objetivando auxiliar o douto Promotor, encaminhou as reivindicações ao Gerente de Sistema – GSIS-DTI, pessoa encarregada de fazer as alterações que entender possíveis visando o aperfeiçoamento do sistema.

Quanto ao atraso mencionado, o Consulente poderá fazer a devida justificativa quando da correção ou da constatação de que o procedimento não foi movimento dentro do prazo conferido pela legislação, não gerando, por consectário, nenhuma penalidade ou prejuízo, tendo em vista que a ausência de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefone/fax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

impulsioneamento é advinda de falha do sistema, que precisa ser corrigida, e não pela omissão do membro do Ministério Público.

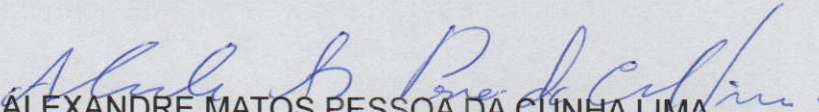
III.- CONCLUSÃO

Destarte, diante das informações prestadas pelo Gerente de Sistemas, Servidor Hudson Soares Leite Júnior, informando da impossibilidade de atender o pleito de imediato, mas aduzindo que fez o devido registro do problema com o escopo de fazer as devidas alterações após conclusão da versão Beta do Novo sistema e-MP, o parecer deste Promotor Corregedor é pelo arquivamento do presente procedimento, com o encaminhamento do memorando de fl. 05 para o Dr. Giovanni Rosado Diógenes Paiva.

Com relação ao problema gerado pelo sistema e enquanto não realizada a alteração no MP VIRTUAL, cabe ao Consulente, quando cobrado, informar que a extrapolação do prazo se deu em razão de falha no sistema do MP VIRTUAL.

Encaminhe-se ao Corregedor Geral do Ministério Público.

Natal, 09 de agosto de 2018.


ALEXANDRE MATOS PESSOA DA CUNHA LIMA,

PROMOTOR CORREGEDOR



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Telefone/fax: 3232.7136 – cgmp@mprn.mp.br

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 30.729/2018.

INTERESSADO: GIOVANNI ROSADO DIÓGENES PAIVA.

ASSUNTO: SOLICITA ORIENTAÇÃO SOBRE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE AUTOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO NO MPVIRTUAL.

DECISÃO

Aprovo e adoto o Parecer lavrado pelo Promotor Corregedor ALEXANDRE MATOS PESSOA DA CUNHA LIMA como razão de decidir, razão pela qual determino o ARQUIVAMENTO dos autos.

Dê-se ciência da decisão ao Promotor de Justiça Giovanni Rosado Diógenes Paiva, titular da 35ª Promotoria de Justiça de Natal, encaminhando-lhe, por intermédio do e-mail funcional, cópia do Parecer e desta Decisão.

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, remetam-se os autos ao arquivo.

Natal, 10 de agosto de 2018.

Sayonara Café de Melo
Corregedora-Geral do MPRN, em substituição.